

*Cátia Maria Macedo Nogueira*

**O IMPACTO DO PLANO REAL NO PODER AQUISITIVO DA  
POPULAÇÃO OCUPADA NA REGIÃO METROPOLITANA  
DE SALVADOR (RMS)**

**SALVADOR  
1997**

Fac. Ciências Eco. / UFBA.  
Biblioteca  
17 C 15

*Cátia Maria Macedo Nogueira*

**O IMPACTO DO PLANO REAL NO PODER AQUISITIVO DA  
POPULAÇÃO OCUPADA NA REGIÃO METROPOLITANA  
DE SALVADOR (RMS)**

**Monografia apresentada ao Curso de Graduação da  
Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade  
Federal da Bahia como requisito para a obtenção do  
TÍTULO DE GRADUAÇÃO**

**Orientador: Professor Luís Antonio M. Filgueiras**

**SALVADOR/JUNHO  
1997**

## AGRADECIMENTOS

Desejo externar minha gratidão a todas as pessoas que me ajudaram, direta ou indiretamente, na preparação deste trabalho. Desta forma, mesmo correndo o risco de esquecer alguém, devo agradecer a algumas pessoas que foram indispensáveis neste processo.

Agradeço a minha família, em especial a meu marido Flávio, pela força nos momentos mais difíceis.

Agradeço ao professor Luiz. A. M. Filgueiras pelo exemplo de profissionalismo e competência. A sua orientação foi de suma importância para a elaboração do trabalho, ajudando a organizar minhas idéias de forma clara e objetiva.

Agradeço a todos os professores da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, em especial aos professores: a André G. Ghirardi, José Murilo e Lielson Coelho, pois sempre que procurados não se negaram a contribuir de alguma forma para a conclusão do trabalho.

Agradeço a todos os meus colegas e amigos, em especial Sônia Teles Cruz, Marineide Alves Silva, Railson Silva Neves, Thiago e Alissandra, que dividiram comigo vitórias e derrotas, durante o curso de economia. Agradeço, também, a Maria das Graças Morbeck, por sua colaboração na fase final deste trabalho.

Não temas, porque eu sou contigo;  
não te assombres, porque eu sou teu Deus;  
eu te esforço, e te ajudo, e te sustento com a  
destra da minha justiça.

ISAÍAS 41:10

# SUMÁRIO

	<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b>	
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>05</b>
<b>2</b>	<b>O DEBATE TEÓRICO SOBRE INFLAÇÃO NOS ANOS 80</b>	<b>08</b>
	2.1 OS MONETARISTAS	09
	2.2 VISÃO INERCIALISTA OU NEO-ESTRUTURALISTA	12
	2.3 VISÃO PÓS-KEYNESIANA	18
<b>3</b>	<b>PLANO CRUZADO E PLANO REAL</b>	<b>20</b>
	3.1 PANORAMA POLÍTICO E ECONÔMICO DA DÉCADA DE 80	20
	3.2 PLANO CRUZADO	22
	3.3 PLANO REAL	27
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b>	<b>32</b>
	4.1 OBJETIVO E OBJETO DE ESTUDO	32
	4.2 BASE DE DADOS	33
	4.3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS	34
	4.4 ANÁLISE DOS DADOS	35
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>43</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos 15 anos, o Brasil viveu sob o signo da instabilidade econômica, proveniente de um intenso processo inflacionário. A inflação tem atingido várias economias em todo o mundo, durante várias décadas, impactando, em particular, o padrão de consumo das famílias, que tentam se adequar à nova realidade. Ao mesmo tempo, inúmeras foram as tentativas do Governo no sentido de reverter esse quadro.

Com raras exceções, a inflação brasileira apresentou uma forte tendência ascendente; tanto é que, a tentativa de eliminá-la, passou a ser o principal objetivo das políticas econômicas de vários governos. Esse problema monopolizou as atenções, por exemplo, na década de 60, cujo período mais grave foi entre os anos 1963-64, levando o governo a atuar com uma política de controle dos meios de pagamentos e de contenção do déficit governamental.

Mas, sem dúvida, é na década de 80 que a inflação brasileira se torna sistematicamente ascendente, ultrapassando a barreira de três dígitos; atingindo em 1983-85 ao percentual de 200% a.a., caminhando para 300% a.a. no início de 1986, e chegando a mais de 1500% no final da década.

Existem várias explicações para o processo de desenvolvimento econômico brasileiro, sendo que para cada uma delas a causa da inflação é explicada de forma distinta. Para a Escola monetarista, o processo inflacionário é decorrente do excesso de moeda em circulação; há aumentos dos preços porque a oferta de bens e serviços cresce muito mais lentamente. Já a Escola Estruturalista, por exemplo, acredita que os diferentes setores da economia crescem a ritmos diferentes, causando excesso de demanda em alguns deles. Para os Keynesianos são os custos de produção que determinam o nível de preço da economia.

Na tentativa de controle inflacionário surgiram os chamados planos de estabilização econômica, podendo ser de dois tipos: heterodoxo e ortodoxo. O plano heterodoxo caracteriza-se, por atacar o problema pelo lado da oferta, através, por exemplo, de congelamentos de preços e medidas administrativas, sem provocar recessão. Já o plano ortodoxo parte sempre do pressuposto de que a inflação é causada por excesso de gastos, sendo necessário provocar recessão, com o objetivo de reduzir a demanda agregada.

direção do plano ortodoxo

introdução

O que se observou ao longo dos anos foi o fracasso dos programas de estabilização implementados no país, colocando em xeque a capacidade de economistas e dos governos. Em particular, percebeu-se que os planos heterodoxos, implantados desde os meados dos anos 80, melhoram, de imediato, o poder aquisitivo dos indivíduos que compõe as camadas mais baixas da população; no entanto, atingem a classe "média" de forma oposta, pois as medidas tomadas pelo governo, num primeiro momento, não surtem o efeito desejado sobre os bens e serviços que mais influenciam o consumo desse segmento da população. Apenas posteriormente, quando os preços desses bens e serviços ajustam-se a nova realidade, é que o impacto negativo inicial se arrefece.

O presente trabalho tem por objetivo evidenciar a flutuação do poder aquisitivo das famílias quando, para controlar as altas taxas de inflação, o governo adota algum plano de estabilização econômica. As mudanças daí decorrentes afetam significativamente o padrão de consumo e os hábitos. Especificamente, o objeto de estudo do presente trabalho é a população residente na Região Metropolitana de Salvador, em particular as flutuações dos seus rendimentos a partir da implantação do Plano Real. A hipótese é de que o poder aquisitivo é alterado com a implantação do plano, que o mesmo impacta mais positivamente sobre a população de renda mais baixa, do que o segmento de "classe média".

A metodologia empregada para a realização do trabalho baseia-se nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE (Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística), que investiga anualmente<sup>1</sup> os temas de habitação, rendimento e mão-de-obra, associados a algumas características demográficas e de educação. Adicionalmente foi utilizado também o indicador de preços do IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Além dessa introdução, essa monografia é composta por três capítulos. O primeiro tem por objetivo desenvolver alguns conceitos e definições que serão utilizados ao longo do trabalho, com a explicitação dos enfoques monetarista, neo-estruturalista (inercial) e pós-keynesiano da inflação.

No capítulo seguinte será feita a análise da economia brasileira durante o período dos anos 80 e início dos anos 90, dando ênfase a época de estruturação do Plano Cruzado e Plano real, mostrando as medidas implantadas, suas conseqüências para a economia brasileira e os seus problemas.

A apresentação e análise dos dados sobre a flutuação do poder aquisitivo da população da RMS, decorrente da implantação do plano de estabilização, estão feitas no terceiro e último capítulo, evidenciando-se a comprovação da hipótese inicialmente estabelecida.

---

<sup>1</sup> Com exceção dos anos em que se realizam os censos demográficos.

## 2. O DEBATE TEÓRICO SOBRE A INFLAÇÃO NOS ANOS 80

O início da década de 80 foi marcada por um intenso debate teórico sobre a natureza da inflação e a melhor maneira de combatê-la; esse debate girava em torno de três posições. A primeira delas era a visão ortodoxa ou monetarista da inflação, onde a equação  $MV = PY$  sintetiza todo o processo. Segundo essa igualdade, o aumento da quantidade de moeda ( $M$ ) pode provocar excesso de demanda por parte das empresas e consumidores, pois os mesmos defrontam-se com uma oferta de bens e serviços relativamente fixa no curto prazo, levando ao processo inflacionário. Que pode, portanto, ser explicado, unicamente, por uma pressão de demanda sobre a oferta agregada.

A segunda posição, defendida pelos economistas da PUC do Rio de Janeiro, é conhecida como a visão inercialista ou neo-estruturalista da inflação, onde o principal motivo da existência da mesma é o mecanismo de indexação, onde cada empresa, cada trabalhador ou grupo de trabalhadores, repassa o aumento dos custos para seus preços, aumentando o preço das mercadorias e salários quase que automaticamente.

A terceira e última posição é a corrente pós-keynesiana, desenvolvida pela primeira vez na Inglaterra, na qual faz-se uma releitura da obra de Keynes, tentando-se enfatizar o papel da especulação financeira e da moeda em seu trabalho. No Brasil, essa visão aparece em 1984, sendo utilizada pelos economistas da UNICAMP, em especial por Tavares e Belluzo. Estes economistas chamam atenção para o carácter oligopolista da economia brasileira, o que significa que os preços são estabelecidos pelas empresas líderes do mercado:



“Assim, na ausência de um capitalismo competitivo, aqui prevalece a administração oligopólica dos preços, a qual é secundada pela ação governamental, que, embora procure coibir os excessos da fixação oligopolística dos preços, também busca garantias de rentabilidade satisfatória para as próprias corporações” (Gontijo, 1987, p.9)

## 2.1 OS MONETARISTAS

Os monetaristas aceitam a teoria quantitativa da moeda, que defende uma relação proporcional mais ou menos precisa entre oferta de moeda e nível de preços, que pode ser expressa na equação  $MV = PY$ , onde:

M = volume de meios de pagamentos

V = velocidade de circulação da moeda

P = nível de preços

Y = produto real

Considera-se que, no curto prazo, tanto a velocidade da moeda quanto a quantidade de produtos produzidos na economia permanecem constantes, e admite-se adicionalmente, que haja plena utilização dos recursos disponíveis. Tal fato é explicado pelos monetaristas com base na Lei de Say (Say procurou demonstrar que o equilíbrio econômico seria sempre conservado se as forças do mercado pudessem agir livremente. O seu argumento era de que a oferta sempre cria sua própria demanda).

Ao aceitar a teoria quantitativa da moeda, os monetaristas aceitam que a oferta da moeda é exógena, que a velocidade de circulação da moeda (V) é constante e, logo, que os preços aumentam proporcionalmente ao aumento da quantidade de moeda, e que essa elevação é mais que proporcional ao aumento de produto.

Para os monetaristas, a moeda não tem efeitos reais sobre a economia, determinando apenas o nível geral dos preços, não exercendo qualquer influência no nível de produção. Isto porque eles partem do pressuposto de que não há entesouramento, ou seja, os indivíduos não guardam a moeda como patrimônio e de que há uma relação constante, a longo prazo, entre demanda da moeda e renda real. Logo, a política anti-inflacionária defendida pelos monetaristas é o controle rígido da oferta monetária.

“Uma vez estabelecido o equilíbrio entre a oferta e a demanda agregada, na faixa de pleno emprego, os preços poderão teoricamente baixar através da redução contínua e programada da oferta monetária sem que o nível de emprego seja afetado.” (Pereira, 1991, p.89)

Cabe às autoridades monetárias estabelecerem metas de crescimento nominal da quantidade de moeda em ritmo decrescente, associadas às metas de redução das desvalorizações cambiais (admitindo-se taxa de câmbio fixa) e dos aumentos nominais de salários compatíveis com a redução da quantidade de moeda.

Segundo Bresser Pereira, se admitirmos, “nos termos da visão monetarista, que existe uma função de demanda por moeda real estável, ou, mais simplesmente, que a velocidade da moeda ( $V$ ) é constante, e que a quantidade de moeda aumenta devido um fator exógeno qualquer, o aumento de  $M$  mais que proporcional a  $Y$  causará a elevação dos preços. Em primeiro lugar porque essa equação (equação de trocas) é definicional, não podendo portanto ser discutidas as relações necessárias entre as variáveis. Em segundo lugar porque, com o aumento de  $M$ , e a manutenção de  $V$ , consumidores e firmas produtoras se defrontarão com excesso de dinheiro, procurarão mais mercadorias do que estavam sendo produzidas e desencadeai-se à inflação.” (Pereira, 1991, p.87)

Portanto, segundo a visão monetarista, o único problema a ser resolvido seria a determinação dos fatores exógenos que levam ao aumento da quantidade de moeda

da economia, concluindo que a redução de oferta monetária produz um clima favorável para levar ao crescimento econômico.

O interessante é que os monetaristas não aceitam a curva de Phillips<sup>2</sup>; por isso eles negam que o controle de inflação leve ao aumento do desemprego. Dessa forma, as medidas monetárias restritivas tem efeito direto sobre a redução dos preços, sem passar pelo desemprego.

Na prática, entretanto, as conseqüências de políticas de combate a inflação baseada nos pressupostos monetaristas, acabam levando a economias a quadros graves de recessão, principalmente com a utilização de política de controle de demanda agregada, levando a grandes taxas de desemprego com elevadas taxas de inflação, ou seja, o que se conhece como estagflação.

Além disso, o controle das taxas de câmbio implica na valorização da moeda nacional estimulando as importações e reduzindo as exportações, leva o desequilíbrio do balanço de pagamentos.

O que pretende-se discutir não é a veracidade da equação de trocas, pois é um truismo que não pode ser negado; a questão relevante diz respeito à relação de causalidade defendida pelos monetaristas, que é feita quando eles explicam o aumento dos preços pelo aumento da quantidade de moeda.

A visão monetarista esquece que, não só a elevação de moeda pode ser considerada endógena, como também que a relação causal entre quantidade de moeda (M) e nível de preços (P) pode ocorrer tanto de M determinando P, quanto o inverso.

---

<sup>2</sup> A visão monetarista, aqui apresentada, se refere a sua versão original, em voga, principalmente, nos anos 60. Nos anos 70 e 80, a teoria monetarista foi desenvolvida, respectivamente, por Milton Friedman, através da utilização do conceito de expectativas adaptativas e por Lucas, através do conceito de expectativas racionais. Nesta última formulação, a moeda é endogeneizada na análise, no entanto, continua tendo efeito apenas nos fluxos nominais da economia, isto é, nos preços e isto se dá tanto no curto quanto no longo prazo.

Pensando desta forma, se admitirmos uma elevação do nível de preços, a consequência na quantidade real de moeda seria a seguinte: quando o nível de preços aumenta, reduz a quantidade de moeda tendo por reflexo uma crise de liquidez. A redução de liquidez mantém as taxas de juros elevadas, favorecendo a especulação financeira, impedindo a recuperação da economia. Leva também à redução do produto interno ou o governo e o sistema bancário a aumentarem a quantidade nominal de moeda para restabelecer o equilíbrio.

Os monetaristas também devem ser questionados sobre o caráter exógeno da moeda. Para eles, são as autoridades monetárias que determinam a base monetária. Contudo, na prática, isto não se verifica, pois, mesmo que as autoridades econômicas reduzam a oferta de moeda, os consumidores no intuito de manter seu gasto real provocariam mudanças de hábitos nos meios utilizados para pagamentos, o que poderá elevar a velocidade de circulação da moeda.

## 2.2 VISÃO INERCIALISTA OU NEO-ESTRUTURALISTA

Antes de abordarmos a visão inercialista, que apareceu no país a partir de 1984 com economistas da PUC-RJ, trataremos da corrente estruturalista clássica, pois é a base teórica na qual se apoiam os inercialistas.

### VISÃO ESTRUTURALISTA

A visão estruturalista da inflação foi desenvolvida pelos economistas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). Na visão cepalina o desenvolvimento exigiria profundas transformações e, caso isto acontecesse, levaria a tensões na sociedade latino-americana, traduzindo-se em pontos de estrangulamento setoriais e problemas na Balança Comercial.

Segundo essa corrente, os países latino-americanos estariam condenados à inflação crônica, devido às características estruturais de suas economias. Isto tornava inoperante as políticas monetárias usadas nos países capitalistas desenvolvidos, ou seja, a política de redução dos meios de pagamentos como forma de controle da inflação.

Para os estruturalistas, o processo inflacionário será tanto maior quanto maior for o esforço de crescimento do país. Tal fato pode ser explicado pela existência de pontos de estrangulamentos em alguns setores, tendo por consequência desequilíbrios entre demanda e oferta, elevando os preços da economia. A solução para essa situação, na visão estruturalista, seria aumentar a produção para resolver o problema da escassez de bens.

Os principais pontos de estrangulamentos citados pelos estruturalistas são:

a) Oferta inelástica de gêneros alimentícios - nos anos 50 e 60, a estrutura nos países da América Latina sofreu mudanças, principalmente no que diz respeito ao aumento da participação do setor de serviços e da indústria no produto interno.

Com o desenvolvimento econômico a tendência da população é urbanizar-se, elevando também a renda da sociedade, o que leva a expansão da demanda por alimentos. Só que, contrariamente, a oferta agrícola responde lentamente a este estímulo, principalmente nos países da América Latina, onde a agricultura ficou em segundo plano, devido a ênfase dada a industrialização.

Com este descompasso entre oferta e demanda alimentícia os preços tendem a subir, obrigando o governo a controlar os preços dos gêneros de primeira necessidades para evitar a elevação do custo de vida.

O controle feito tem duas consequências, uma delas é que no curtíssimo prazo o governo consegue controlar a expansão da inflação, mas a médio e longo prazo a

situação se agrava com a elevação novamente da inflação, devido o lento crescimento da oferta agrícola, se compararmos com o crescimento demográfico e o ritmo de urbanização do país.

b) Escassez de divisas - em países que adotaram o modelo de substituição de importações, a escassez de divisas ocorre devido ao fato das possibilidades de exportações serem limitadas, pois como as mesmas eram basicamente constituídas por produtos agrícolas, cujos preços são pouco expressivos no mercado internacional, a consequência seria a obtenção de receitas modestas para os países exportadores.

Devemos também levar em consideração que os produtos agrícolas tem uma demanda inelástica, ou seja, se houver uma tentativa de aumento da oferta como forma de elevar a receita, isto se traduz em queda dos preços desses produtos, impossibilitando o crescimento da receita.

A solução seria a criação de barreiras às importações de bens de consumo através do aumento das tarifas e do controle quantitativo das importações. A pouca concorrência externa possibilitou o desenvolvimento da indústria nacional, mas ao mesmo tempo criou tensões inflacionarias, pois as indústrias para cobrirem seus custos elevaram seus preços.

Além disso, esse processo de restrição às importações leva a problemas na balança comercial, desequilibrando o balanço de pagamentos, induzindo o governo a depreciar a moeda nacional, tornando os produtos importados mais caros e desestimulando às importações. Mas, tal fato, teria suas inconveniências, como a propagação do processo inflacionário.

c) Restrição Orçamentaria - para promover o desenvolvimento o governo deve investir em infra-estrutura e como as receitas não conseguem acompanhar as

despesas, devido a ineficiência no processo de arrecadação, ele tem que recorrer ao déficit orçamentário, financiado pela emissão de moeda que é altamente inflacionária.

Outra forma de financiamento utilizado pelo governo dos países subdesenvolvidos é o empréstimo, que também contribui para a elevação dos índices da inflação devido os pagamentos dos juros e amortizações.

d) Poupança Insuficiente - a maior parte dos investimentos eram financiados pelo capital estrangeiro, associado a mínima representação das inversões desvinculadas do setor externo. Logo, não é difícil explicar porque o mercado de capitais era pouco desenvolvido, ou as bolsas de valores se dedicarem mais às especulações vinculadas ao mercado internacional.

Após a grande depressão e o surgimento do interesse para o desenvolvimento interno, o quadro modifica-se, sendo criada poupança pelos agentes públicos e privados para financiar parte importante dos investimentos. A grande dificuldade estaria em que países da América Latina não possuíam condições adequadas para tanto, pois eles não dispunham quase de mercado de capitais, o sistema fiscal era rudimentar e a propensão à poupança privada era reduzida. Logo, os recursos para financiar os investimentos necessários para eliminar os pontos de estrangulamento eram, insuficientes.

e) Escassez de mão-de-obra especializada e existência de sindicatos fortes em alguns setores - a escassez de mão-de-obra especializada eleva os salários, exercendo um efeito demonstração para os demais salários da economia, resultando na elevação dos custos de produção, elevando preços. Em razão do relativo poder de barganha dos trabalhadores da América Latina, a elevação dos preços pode ser atenuada. Mas ao mesmo tempo a presença destes sindicatos pode provocar uma inflação crônica e rápida, devido a busca, nas rodadas de negociação, de um salário cada vez maior.

“Por falta de quantificação e de apoio empírico, a tese estruturalista caiu de moda. Nem a agricultura nem as exportações eram tão insensíveis aos estímulos do mercado como imaginavam os seus autores, nem a substituição de importações motivava tantas tensões de Custos”. (Simonsen, 1970, p.210)

A produção agrícola, por exemplo, pode não ser considerada necessariamente, um fator estrutural de inflação; pois pode ser neutralizada por estoques reguladores ou por importações.

Contudo, no caso do Brasil, existem algumas qualificações que devem ser consideradas. Primeiro, porque o uso dos estoques reguladores, para compensar as flutuações da produção agrícola, é prejudicada pela incapacidade de armazenar e pela reduzida durabilidade desses produtos. Segundo, porque muitas das vezes as encomendas feitas no período da escassez, só chegam ao mercado em um ciclo posterior de abundância.

Mas, apesar de algumas discordâncias, uma das mais importantes contribuições da visão estruturalista é considerar que a inflação tem sua origem na própria estrutura e dinâmica de economia, portanto a inflação é endógena e não reflexo da pura e simples emissão de moeda como admitem os monetaristas.

A visão inercial da inflação surge no país em 1984, defendida pelos economistas da PUC-RJ, que observam que, além da existência de fatores aceleradores do processo inflacionário, como, por exemplo, choques de oferta ou de demanda, há também fatores de manutenção ou inerciais da inflação. A idéia básica da inércia inflacionária é que, em determinado momento, a inflação adquire certa autonomia, ou seja, que a inflação do período passado determina a inflação atual, que determinará a futura e assim por diante. Na ausência de choques ( tentativa de modificar a distribuição de renda através de mudanças dos preços relativos, como, por exemplo, aumento do salário real médio, desvalorização cambial, aumento do mark-up das empresas, etc.) a inflação permaneceria num determinado patamar, tendo uma resistência à queda.



Segundo Bresser Pereira e Nakano, o fator mantenedor por excelência do patamar de inflação é o conflito distributivo, ou seja, os agentes econômicos usam de instrumentos econômicos e políticos para manter sua participação relativa na renda.

Esse processo ocorre com mais frequência quando a economia está formalmente indexada; neste caso, o repasse dos aumentos de custos é definido legalmente, mas mesmo para os preços não estejam indexados, quando a inflação se torna crônica, os agentes econômicos tenderão a aperfeiçoar seus mecanismos de defesa. Esse processo de indexação formal ou informal não acelera o processo inflacionário, mas mantém o patamar de inflação, pois mantêm as margens de lucros e salários. Essa circunstância, em uma economia indexada, provocará um efeito multiplicador, levando a elevação de todos os preços na mesma proporção de um aumento inicial. Porém se a indexação não for plena, o efeito multiplicador será menor, levando ao aumento dos preços secundários menos que proporcional ao primeiro aumento, levando ao declínio da inflação.

Uma outra consequência de indexação generalizada, ainda segundo Bresser Pereira e Nakano, é que o papel do mecanismo de preço, de realocação de recursos, fica extremamente rígido e emperrado, exigindo uma intervenção governamental no sentido de desindexar a economia e estruturar os preços relativos de uma forma administrada.

Dentro da abordagem inercialista existiam duas vertentes que entraram em confronto a partir de 1984, quanto as medidas que deveriam ser utilizadas para controlar o processo inflacionário.

A primeira posição era de Francisco Lopes, (Lopes, 1986) que defendia o rompimento da inércia inflacionaria através de um choque heterodoxo, criando uma nova moeda, com a função de romper com a inflação passada incutida na antiga moeda, propondo o congelamento de preços e rendimentos.

“Na verdade, o plano previa duas fases: a primeira, com uma duração aproximada de seis meses, o congelamento seria rigoroso, principalmente no que se refere aos preços. Nos dezoito meses subsequentes, seria efetuada uma descompressão administrada dos preços, permitindo-se variações de até 1,5% ao mês a fim de que fossem restabelecidos preços relativos de equilíbrio.”(Bier, 1987, p. 27)

A segunda posição, defendida por Lara Resende e Pêrsio Arida, consistia em criar uma nova moeda indexada - (ORTN), - estimulando uma paridade fixa entre ambas; portanto, sem congelamento, como propunha Francisco Lopes (op. cit.). No primeiro momento, existiram duas moedas vigentes na economia, sendo que o cruzeiro (moeda vigente em 1984) se desvalorizaria em relação à nova moeda, levando os indivíduos a abandoná-lo para se protegerem das altas dos preços; chegando a um momento em que poderia se retirar a moeda antiga de circulação e implantar a nova moeda, sem o risco da inflação passada, pois todos os preços da economia estariam realinhados.

A visão vitoriosa usada para formulação e implantação do Plano Cruzado foi a do congelamento brusco de preços, defendida por Francisco Lopes, (op. cit.), o que resultou em problemas que não foram superados ao longo do plano. //

### 2.3 VISÃO PÓS - KEYNESIANA

Essa corrente tem como principais nomes os professores da UNICAMP, Maria da Conceição Tavares e Luiz G. de Mello Belluzzo. Eles partem da idéia da incerteza quanto ao futuro e de que o empresário, para se proteger da instabilidade, aumenta suas margens de lucro, provocando aceleração dos preços e conseqüentemente da inflação. Sendo que a instabilidade econômica teria origem no mercado internacional, devido a quebra da paridade entre o ouro e o dólar.

Desde a década de 70, iniciou-se um período de instabilidade do dólar como padrão internacional de valor, tendo por consequência, flutuações das taxas de câmbio. Em países que não tivesse uma moeda forte e fossem importadores de insumos, o efeito de constantes desvalorizações da moeda nacional frente ao dólar e do dólar com relação às outras moedas, provocariam impactos negativos tanto na taxa de câmbio quanto nos preços dos insumos.

A cada desvalorização, o custo para as empresas cresce e, para se defender, os capitalistas elevaram suas margens de lucro, antes mesmo que haja algum choque altista de custo. Para Conceição Tavares e Belluzzo a tentativa de aumentar as margens de lucro, por partidos, empresários caracteriza uma prática caracteriza uma prática de mark-up elástico.

Com a constante desvalorização cambial, a moeda nacional acaba perdendo sua função de reserva de valor, levando a uma demanda crescente por moeda estrangeira, resultando uma disparidade entre o mercado oficial e paralelo.

Segundo a visão de Tavares e Belluzzo, o conflito distributivo, tão importante para os inercialistas, apresenta-se como resultado do processo inflacionário, ou seja, de "uma subordinação à dinâmica do processo de valorização dentro da qual se desenvolveria permanentemente, e com caráter dominante, a concorrência entre os capitais individuais." ( Bier, 1987, p.67)

Para resolver o problema da inflação, a solução seria através do desenvolvimento econômico contínuo e planejado, tomando as seguintes medidas:

\* Para neutralizar a deterioração dos termos de troca, deveria se intensificar a industrialização.

\* Redução dos gastos públicos.

\* Fazer a reforma agrária, com infra-estrutura agrícola, para estimular a expansão de oferta agrícola.

\* Subsídios e controle de situações monopolistas, como forma de eliminar as distorções no sistema de preços.

\* Usar a reforma tributária como forma de promover o desenvolvimento.

### **3 PLANO CRUZADO E PLANO REAL**

#### **3.1 PANORAMA POLÍTICO E ECONÔMICO DA DÉCADA DE 80**

A crise que marcou a década de 80, diferentemente daquela dos anos 60, não foi cíclica, mas sim estrutural, a medida que questionou o modelo de "Substituição das Importações". Originou-se em 1982, quando o México declara moratória, provocando alerta no mercado internacional em relação aos países que endividaram-se nos anos 70.

Neste momento, a estrutura do mercado mundial sofre mudanças, com o governo norte-americano, no período de 1980-84, adotando uma política de taxas de juros elevados para atrair capitais, o que provoca um efeito dominó, com a elevação das taxas de juros dos países desenvolvidos, como forma de manter em suas economias os capitais. Isto repercutiu duramente nos países do 3º mundo, que tinham se endividado durante toda a década de 70, tomando empréstimo no exterior, com taxas de juros relativamente baixas, para promoção de seu crescimento econômico e que vêm de uma hora para outra essa taxas de juros aumentarem consideravelmente.

Quando a crise ocorre (1982), o Brasil perde grande parte de suas reservas, devido a redução de recursos derivados da não renovação das linhas de créditos e do fechamento do mercado de crédito de curtíssimo período. As reservas sofreram uma

queda de US\$ 8,9 bi no ano de 1982 para US\$ 2,9 bilhões. A solução para resolver o problema no Balanço de Pagamentos, além do uso das reservas, foi adotar uma política de incentivo às exportações.

Nesse período, o Fundo Monetário Internacional (FMI) apresenta-se como avalista para os países endividados, desde que os mesmos aceitassem as exigências estabelecidas através da assinatura das chamadas cartas de intenção.

Segundo o FMI, os países do terceiro mundo estavam endividados porque gastavam mais do que poderiam produzir internamente. Logo, a solução para reajustar a balança comercial seria a retração da demanda interna, e como, para o FMI, esses países trabalhavam em plena capacidade, tal ajuste não traria grandes conseqüências para essas economias.

Na realidade, entretanto, os países do terceiro mundo trabalhavam com capacidade ociosa, e a contração dos gastos do governo levariam a aprofundar a crise. Além do mais, os problemas no Balanço de Pagamentos surgiam ou porque havia uma sobrevalorização cambial ou porque não havia mercado externo para suas exportações devido, à crise internacional agravada pelo segundo choque do petróleo (1979).

Na realidade, o FMI, mais que um avalista, interveio nas economias dos países, através de políticas de regulação do balanço de pagamentos, no sentido de criar superávit na balança comercial, dando como fórmula a retração da demanda agregada; criação de subsídios às exportações; constantes desvalorizações cambiais e arrocho salarial. Essas medidas ortodoxas conseguiriam criar superávites, mas ao mesmo tempo aumentaram a crise interna, provocando o aparecimento da estagflação, ou seja, um período marcado ao mesmo tempo por altas taxas de inflação e profunda recessão. Como decorrência direta dessa política a dívida interna também se agravou.

O sucesso do ajustamento externo ( com a balança comercial passando de déficit em 1980 para superávites da ordem de US\$ 6,5 bilhões em 1983 e chegando em 1984 com um recorde de US\$ 13 bilhões) deveu-se em parte à recessão, que reduziu muito as importações, paralelamente aos incentivos às exportações. O lado problemático do ajustamento externo foi que o saldo positivo no Balanço de Pagamentos não foi utilizado para alavancar a economia interna, mas foi usado no pagamento dos juros e empréstimos feitos com o exterior.

Por outro lado, os planos heterodoxos implantados no país desde o Cruzado, preocupados com a inércia, congelando preços e salários, esqueciam das outras causas da inflação. Desse modo, conseguiram combater a inflação apenas no curto prazo. Nos primeiros meses de implantação, a inflação atingia taxas baixíssimas, tendendo a zero, mas retornando a patamares maiores devido às inadequadas políticas fiscal, monetária e cambial, como ocorreu no Plano Cruzado.

### 3.2 PLANO CRUZADO

A política da Nova República colocou o combate da inflação como meta principal a ser alcançada. Desde os anos 80 até o momento presente, isto foi tentado de várias formas, com uma série de planos econômicos.

A Nova República, foi influenciada, inicialmente, por diversos pensamentos que tentam explicar o processo inflacionário brasileiro. No Governo Sarney a heterogeneidade da composição ministerial era marcante ( situação que pode ser facilmente explicada pelas alianças políticas feitas para levar ao poder o candidato da oposição, Tancredo Neves ). Enquanto Dornelles, Ministro da Fazenda, era adepto das idéias ortodoxas no combate à inflação ( idéias semelhantes às do ministro do governo anterior, Delfim Neto), Sayad, Ministro do Planejamento, assessorado por economistas da corrente inercialista, defendia os choques heterodoxos para acabar com a inflação.

No primeiro momento, a inflação foi combatida com medidas de austeridade fiscal e controle monetário. Só que tais medidas tiveram impacto muito pequeno e de curta duração, levando a aceleração inflacionária, culminando na queda do ministro Dornelles e sua substituição por Dilson Funaro, contrário ao combate ortodoxo da inflação assessorado por economistas da corrente pós-keynesiana. Dessa forma, duas correntes aparecem com novas explicações para a inflação brasileira, a corrente inercialista ligada a PUC-RJ, e os pós-keynesianos ligados a UNICAMP (essas correntes, bem como a corrente ortodoxa foram analisadas no capítulo anterior). Funaro acaba implantando o primeiro choque heterodoxo do país - O Plano Cruzado.

O Plano Cruzado foi implantado no país em 28 de fevereiro de 1986, quando a inflação já alcançava 350% a.a., sendo um choque heterodoxo, originário da concepção da teoria inercialista defendida por Francisco Lopes (Op Cit) da PUC do Rio de Janeiro, promovendo congelamento de preços, salários e taxa de câmbio e trocando a moeda antiga, o cruzeiro, pelo cruzado, na tentativa de combater a inflação passada, expressa na velha moeda. Baseia-se também na observação do êxito obtido nas reformas monetárias e congelamento ocorridos na Argentina e Israel. Os principais objetivos do plano foram:

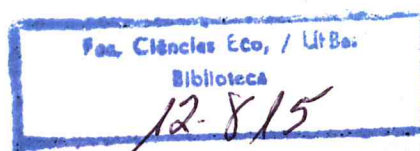
- \* Crescimento econômico próximo das taxas históricas de 7% a.a.

- \* Negociação da dívida externa, sem sacrificar o crescimento econômico e sem aceitar as exigências do FMI;

- \* Direcionamento dos gastos públicos para programas sociais, com o objetivo de fazer uma melhor distribuição de renda;

- \* Equacionamento do desequilíbrio financeiro do setor público, sem priorizar o corte nos gastos públicos.

As principais medidas do plano foram:



A unidade do sistema monetário brasileiro passou a ser o cruzado, em substituição ao Cruzeiro, onde Cr\$ 1.000,00 se igualava a CZ\$ 1,00. Com a mudança no padrão monetário, pretendeu-se eliminar a memória inflacionária contida na antiga moeda:

“Contudo a instituição de uma nova denominação monetária teve também uma finalidade prática, tornando mais clara a conversão entre o dólar e a nova moeda. Além disso, houve o objetivo explicativo de suprimir o duplo carácter do sistema monetário brasileiro, onde a moeda de valor estável a ORTN estava organicamente vinculada à moeda de valor variável o cruzeiro. Assim, se objetivava exterminar com a correção monetária - o que implicaria suprimir a ORTN então, nada natural do que eliminar a moeda de curso forçado, cuja perda de valor constitui a base de cálculo daquela correção. (Gontijo, 1987. p.17.)

2. Término da correção monetária em aplicação financeiras com prazo inferior a um ano, exceto para depósitos de poupança, PIS/PASEP e FGTS. A manutenção da correção monetária nos depósitos de poupança foi justificada como forma de evitar a evasão dos recursos, enquanto no restante seria para tentar manter o poder de compra desde fundos, caso o trabalhador viesse a querer utilizar em caso de demissão.

3. Fixação da paridade fixa do câmbio, ou seja, eliminou-se as desvalorizações diárias da moeda nacional frente ao dólar, terminando com as pressões inflacionárias, oriundas da valorização diária do componente importado dos custos das empresas.

4. Nova política salarial e reajuste geral dos salários, congelados pela média dos últimos 6 meses mais um abono de 8% (no caso do salário mínimo o abono foi de 15%). Restabeleceu-se, parcialmente, a indexação salarial; onde nas datas-bases dos reajustes, tornou-se obrigatória a incorporação de 60% da inflação acumulada no período entre a data-base e o último reajuste. Adotou-se também a escala móvel, ou seja, toda vez que a inflação acumulada ultrapassasse 20%, os salários seriam



ajustados automaticamente. Estabeleceu-se a livre negociação e criou-se o seguro-desemprego.

5. Congelamento geral de preços, como forma de romper o círculo vicioso do aumento dos custos e reajustes nos preços. Todos os preços estariam congelados, por prazo indeterminado nos níveis em que eram praticados no dia 27 de fevereiro de 1986. Para efeito de fiscalização do congelamento, além de órgãos como a Secretária Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) e Polícia Federal, o Decreto-Lei nº 2284 nomeou como agente fiscalizador qualquer pessoa do povo.

6. Política Cambial - o plano usou como âncora do sistema a taxa de câmbio, que foi fixada em CZ\$ 13,80 por dólar, sendo que o Banco Central poderia modificar essa taxa, caso julgasse necessário.

7. Criou-se o novo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) calculado pelo IBGE, que ficou autorizado a fazer conversões dos dados calculados em cruzeiros, para que o índice refletisse o aumento dos preços em cruzado.

Os primeiros resultados do Plano Cruzado foram positivos, pois a inflação inercial caiu de valores em torno de 15% ao mês para valores em torno de 1%, levando vários segmentos do governo a acreditarem na tão sonhada inflação zero.

Os ganhos reais mais expressivos decorreram da queda dos preços de alimentos e congelamento dos combustíveis e dos serviços públicos, liberando uma parcela maior de renda familiar para o consumo e a poupança. Como os poupadores sofriam de ilusão monetária, com a queda da inflação, deixaram de poupar para consumir mais, havendo houve uma explosão do consumo; associado também ao consumo reprimido durante a recessão. Tal fato veio mais tarde a prejudicar o andamento do plano, pois não ocorreu uma resposta do lado da oferta da mesma intensidade, levando a problemas na economia.

Houve no Plano Cruzado transferência de rendas e aumentos reais de salários, como também preços desalinhados, provocando tensões inflacionárias. Existia na economia, quando houve o congelamento, preços que tinham acabado de ser reajustados e outros que tinham mais tempo desde o último reajuste, levando a prejuízos para esses últimos. A medida encontrada pelos setores que se sentiam prejudicados, era reduzir seus estoques, provocando o desabastecimento. Associado a expansão da oferta monetária, em junho o ágio dominava completamente os mercados, causando transtornos para a economia.

O êxito do plano, portanto, dependia, principalmente, de uma condição que não se verificou: no dia em que foi implantado (28/02/86), o congelamento não deveria provocar o surgimento de grandes ganhadores ou de grandes perdedores. Além disso, as defasagens nos aumentos deveriam ser pesquisados para que neste dia, os preços relativos desalinhados não viessem a provocar, como foi o caso, pressões inflacionárias na nova moeda.

A verdade é que, a concepção inercialista do cruzado não permitiu maiores atenções com a moeda, fazendo-se uma política monetária passiva. Entretanto, com o agravamento da crise, em dezembro de 1986 e janeiro de 1987, o Banco Central foi obrigado a retirar de circulação cerca de 28,9% do estoque de moeda através da colocação de títulos do Tesouro Nacional a uma elevada taxa de juros, levando ao desespero grande número de pequenos empresários e assalariados.

A importância política desse fato foi o enfraquecimento do PMDB nas eleições de 1988 e a rejeição do candidato à presidência por esse partido em 1989, que obteve pouco mais de 2% dos votos. A população se sentiu enganada, depois da traição que ocorreu em novembro de 1986, quando, depois de conseguir eleger a maioria dos governadores à custa do Plano Cruzado, três dias depois o governo lançou o Plano Cruzado II, reajustando vários preços e abrindo espaço para a retomada do processo inflacionário.

Apesar de todo o seu aparato teórico, o Plano Cruzado não foi capaz de, no longo prazo, resolver o problema da inflação brasileira. O não alinhamento nos preços relativos, antes da implementação do plano, fez com que em razão das relações da cadeia de insumo/produto, vários produtos sumissem das prateleiras, com a cobrança ilegal do ágio sobre os preços congelados tornando-se algo comum na economia.

No entanto, a questão essencial que inviabilizou o Plano Cruzado, foi a conjuntura internacional extremamente desfavorável em termos de capitais disponíveis no mercado financeiro. Isto impediu a manutenção do congelamento do câmbio e o uso das importações como instrumento de combate a inflação.

### 3.3 PLANO REAL

O Plano Real é adotado no país em 1994, tendo três fases: o ajuste fiscal (nov/93), a criação da URV (mar/94) e a instituição de uma nova moeda, o Real (jul/94). O objetivo do plano é conseguir baixos índices de inflação e a estabilidade da economia, situação que na atualidade econômica não se pode ainda fazer uma avaliação mais precisa dos resultados.

Um grande diferenciador entre o Plano Real e os planos anteriores, em especial o Cruzado, é que não houve congelamento nem tabelamento de preços como forma de combater a inflação, o que foi conseguido com uma etapa preparatória para a entrada do plano, com a criação da URV. Portanto, não houve uma passagem abrupta da velha moeda para a nova, possibilitando o alinhamento dos preços relativos vigentes na economia.

Outra diferença diz respeito a concepção da causa da inflação; no caso do Cruzado a identificação teórica é unicamente inercialista, já com o Real outros fatores são vistos como determinantes do processo inflacionário, como, por exemplo a desestruturação

do Estado. O mercado internacional, favorável ao acúmulo de reservas, também funcionou como elemento diferenciador fundamental, entre os dois planos. Pois, no Plano Cruzado, esse mercado era extremamente desfavorável, impedindo a sustentação da âncora cambial.

A base teórica que sustenta o plano surge do conceito de que a inflação brasileira é basicamente formada pela inflação de demanda e pela inflação inercial. Nestes termos, a inflação de demanda vinha sendo provocada pelos gastos excessivos do governo, refletidos nos constantes déficits públicos e, em relação à inflação inercial, esta vinha sendo sustentada através da indexação de salários e preços, provocando aumentos sucessivos nos níveis de preços.

Com base nas experiências passadas, o plano foi elaborado de forma a englobar medidas de caráter ortodoxo quanto heterodoxo, onde a primeira fase é caracterizada por medidas ortodoxas na tentativa de sanar o desequilíbrio orçamentário da união e numa segunda fase as medidas implementadas são heterodoxas, como a criação da URV, no intuito de eliminar a inflação inercial. Portanto, percebemos a opção por uma política híbrida como forma de deter o processo inflacionário.

Analisaremos agora as três fases do plano:

#### a) Reforma Fiscal:

Percebendo que a inflação brasileira não origina-se apenas da concepção da inércia inflacionária, mas que também tem na desorganização do Estado um elemento acelerador do processo, o ajuste fiscal tinha o objetivo principal de equilibrar as contas públicas. Para isso foram necessárias as seguintes medidas:

\* Criação do IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira) e do FSE (Fundo Social de Emergência).

\* Corte de 40% dos gastos governamentais no orçamento de 1994.

\* Proibição da emissão de títulos da dívida

\* Aumento da alíquota de 5% de todos os impostos federais

\* Corte nas transferências em 15% para Estados e Municípios.

\* Restruturação da previdência social, tornando seus serviços e finanças mais eficientes.

Na verdade, as medidas da reforma fiscal implementadas até o final de 1994, foram medidas de emergência que ajudaram a aumentar os recursos do governo. Mas, no entanto, foram de carácter transitório, o que levou o ajuste nas contas públicas para o ano de 1995/96 depender da consolidação das medidas fiscais.

#### b) Adoção da URV

A URV foi implantada em 1º de março de 1994, sendo primeiramente utilizada para corrigir preços e salários, e depois estendida para toda a economia, período que durou aproximadamente quatro meses. Nesse período, observa-se que não se conseguiu realinhar completamente os preços, pois a inflação no primeiro mês de real (julho) foi de 24,7% estando bem acima do esperado que seria em torno de 1% a 2%, mostrando que ainda no mês de julho o mercado ajustava os preços.

A criação da URV, nessa fase do plano, foi a tentativa de eliminar a inércia inflacionaria. Funcionou como uma espécie de indexador geral dos preços, sendo a média de três índices (índice de preços ao consumidor da FIBE, índice de preços ao consumidor do IBGE e índice geral de preços). Esses índices corrigiam o dólar; logo, a URV estava reajustando os preços da economia conforme as flutuações do dólar e desvalorização do cruzeiro. A expectativa era de que, quando todos estivessem reajustando os seus preços por esse indexador, haveria a passagem para a nova moeda (Real), e o mais importante, sem a presença da inflação.

### c) A Nova Moeda

A terceira fase iniciou-se com a transformação da URV em Real; nesse momento, a intenção é romper com a memória inflacionaria inculcida na antiga moeda - o cruzeiro-real. Após o alinhamento dos preços promovido pela URV, o real aparece como forma de reestruturar as relações monetárias gastas pela inflação.

Junto com a nova moeda foram tomadas outras medidas, as chamadas âncoras, tendo por objetivo manter os níveis baixos de inflação, quais sejam:

A âncora tarifária é a tentativa do governo em segurar os preços das tarifas públicas, afetando diversos setores da economia, diminuindo as possibilidades de aumentos acentuados nos custos das empresas, evitando assim a elevação no preço de seus produtos.

A âncora salarial serve de apoio à âncora cambial, na medida em que uma relação salário/câmbio decrescente favorece às exportações. Além disso, com o arrocho salarial, a demanda agregada é empurrada para baixo, ajudando no propósito de desaquecer a economia.

A âncora cambial, com a manutenção do câmbio real, estimula as importações e reduz as exportações, levando ao aumento da oferta de produtos importados no país, elevando a oferta agregada e a concorrência, aspecto fundamental para segurar os preços.

Como a âncora cambial, a âncora monetária tem ajudado a manter a inflação em índices baixos, tendo o objetivo de enxugar a economia, através de uma política restritiva de emissão de moeda. A âncora monetária vem sobrevivendo através de uma política de taxas de juros elevadas, provocando o aumento da dívida pública interna.

Segundo a perspectiva do governo, o superávit comercial verificado no início da implantação do plano seria duradouro, fazendo com que as taxas de juros começassem a diminuir, facilitando o equilíbrio fiscal e a continuidade da estabilização. Associado a isto, as reformas da Constituição e as privatizações trariam investimentos, permitindo a médio e longo prazo a volta do crescimento sustentado da economia.

Entretanto, o que se vê na prática, com o passar dos meses, é uma fragilidade e custos para a sociedade de uma abertura indiscriminada da economia e de uma política de câmbio sobrevalorizada. A única maneira de sustentar essa situação, através da manutenção dos juros altos (posição adotada pelo governo) para atrair capitais externos e fechar o balanço de pagamentos, é a recessão e o desemprego, ou seja, um custo muito elevado a ser pago pela sociedade. Dessa forma, o governo se vê em um fio de navalha, de um lado, o exemplo do México (que adotou a mesma política e agora está em crise), e de outro, a recessão e o desemprego.

A dependência de capitais especulativos (bastante voláteis) é consequência dos sucessivos déficits na balança comercial, resultantes do aumento das importações e diminuição das exportações. A crise do México mostrou a fragilidade desse tipo de estabilização, levando o governo brasileiro a adotar certas medidas com o objetivo de reverter essa atuação, através de maiores facilidades às exportações e dificultando às importações, reduzindo o nível de atividade econômica, diminuindo a demanda por importação e criando excedentes exportáveis com a desvalorização do real, fazendo mudanças nas bandas cambiais, elevações dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais e do número de prestações nas compras a prazo e elevando as alíquotas dos impostos de importação. Todas essas medidas foram feitas para tentar reequilibrar a balança de pagamentos, mas, como contra posição desaqueceu a economia.

Estamos vendo agora neste período do plano, um ciclo econômico, resultante da política macroeconômica do governo, conhecido como ciclo de curtíssimo prazo ou

ciclo político, onde a economia é aquecida ou sofre uma desaceleração devido a situações decorrentes da aproximação das eleições.

Para que a política de sustentação da taxa de câmbio nos níveis atuais e a proposta de abertura de mercado seja compatível com o crescimento econômico e com a estabilidade dos preços, será necessário o aumento do atual nível da atividade econômica, que possibilite que os produtos nacionais sejam mais competitivos no mercado internacional. A questão é que a taxa de câmbio tem sido mantida valorizada, sem um correspondente estímulo aos investimentos internos, impossibilitando o aumento da produtividade e da competitividade, crescimento econômico e nível de emprego.

## **4. METODOLOGIA DA PESQUISA**

### **4.1 OBJETIVO E OBJETO DE ESTUDO**

O presente trabalho tem por objetivo analisar o comportamento do poder aquisitivo da população, em decorrência dos impactos que dos planos de estabilização. Portanto, o seu objeto de estudo é a população residente na Região Metropolitana de Salvador (RMS), no período de 1992 / 1993 / 1995 (período de implantação do Plano Real).

A hipótese aventada é de que os diversos estratos da população ao longo dos anos em que os planos de estabilização foram implantados no país, são atingida de forma desigual; em particular, os segmentos de baixa renda são mais beneficiados (ou menos prejudicados) do que os de renda "média".

A existência na economia de bens não exportáveis, pode ser uma das explicações para tal fato. Os bens não exportáveis são aqueles que só podem ser consumidos nas economias em que foram produzidos, como o serviço de profissionais autônomos, aluguel, lazer, condomínio, plano de saúde, escolas e outros. Portanto, não são bens sujeitos a competitividade do mercado externo. Se, por acaso, haver uma elevação da



demanda interna e/ou uma queda da oferta interna não se pode enfrentá-las com uma elevação das importações. Dessa forma, os preços dos serviços, pelo menos, no curto prazo, tem uma certa resistência à queda. Tal fato pode explicar a hipótese levantada pelo trabalho, ou seja, que na classe média os planos de estabilização tem um efeito positivo sobre seus preços, só que em menor intensidade se comparada com a classe baixa, já que a cesta básica das pessoas de menor poder aquisitivo é formada por bens exportáveis, como os da agricultura, da mineração e manufaturados, que são passíveis de um controle maior das autoridades monetárias.

Além disso, a queda abrupta da inflação, com fim do imposto inflacionário, favorece as pessoas com rendimentos menores, que não tem condições de se proteger contra a inflação, através de aplicações financeiras.

A escolha da RMS se deve a duas circunstâncias. A primeira é de que a mesma em termos gerais tem condições de expressar o caráter nacional do problema. E a segunda, por se desejar uma contribuição que possibilite uma melhor compreensão do nosso espaço regional. No que diz respeito a escolha do plano de estabilização, optou-se pelo Plano Real<sup>1</sup> pela sua contemporaneidade, facilitando dessa forma a obtenção dos dados que comprovassem a hipótese estabelecida no início do trabalho.

#### 4.2. BASE DOS DADOS:

A base de dados utilizada foi a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar) dos anos de 1992 / 1993 / 1995<sup>2</sup>, realizada pelo IBGE. O objetivo desta pesquisa é divulgar estatísticas sobre a estrutura e a distribuição da população economicamente ativa, sobre os níveis de ocupação e de desocupação, e sobre os rendimentos

---

<sup>3</sup> De início o pensamento em fazer uma comparação entre dois planos: Cruzado e Real, mas ao longo da pesquisa, devido a dificuldade de se encontrar dados referentes ao período que vigorou o Plano Cruzado (1984 - 1986), achou-se melhor analisar apenas o Plano Real.

<sup>4</sup> A PNAD de 1994 não foi realizada, por isso não pudemos analisá-la.

médios da população ocupada. É justamente esta última informação que foi utilizada para a realização do trabalho.

Apresenta-se à seguir alguns conceitos utilizados, de acordo com a metodologia da PNAD:

\* Pessoas Ocupadas - são classificadas como ocupadas as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte do período de 365 dias. Incluíram-se, ainda como ocupadas, as pessoas que não exerceram trabalho remunerado no período específico, por motivo de férias, licença, greve, etc.

\* Pessoas Economicamente Ativas - as pessoas economicamente ativas no período de referência específico (365 dias), compuseram-se de pessoas ocupadas e desocupadas.

\* Pessoas Desocupadas - foram classificadas como desocupadas, as pessoas sem trabalho, que tomaram alguma providência de procurar emprego no período de 365 dias.

\* Renda Mensal - valor do rendimento em dinheiro e em produtos ou mercadorias provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e demais trabalhos que a pessoas tenha na semana, não sendo investigado o valor da produção para consumo próprio.

#### 4.3. APRESENTAÇÃO DOS DADOS:

Para avaliar o impacto dos planos de estabilização, em especial o Plano Real, sobre o poder aquisitivo das famílias de "classe média", analisou-se o comportamento dos rendimentos médios das pessoas entre 1992/1993/1995, ou seja, antes (1992/93) e depois do plano (1995).

O primeiro passo no processo foi dividir as pessoas em dois grandes grupos: aqueles que ganham até 5 salários mínimos e aqueles que ganham mais de 5 salários mínimos.

Para conseguir formar esses dois grupos, foi necessário reagrupar as faixas de rendimentos encontrados na PNAD:

\* As faixas de até  $\frac{1}{2}$  s. m. e +  $\frac{1}{2}$  s. m. a 1 s. m., foram agrupadas formando a faixa de até 1 s. m.

\* As faixas de + 1 a 2 s. m. e + 2 a 3 s. m., foram agrupadas formando uma única faixa; + 1 a 3 s. m.

\* A faixa de + 3 a 5 s. m. encontrada na PNAD, foi mantida.

Com essas modificações formou-se o primeiro grupo, ou seja, o grupo de até 5 s. m.

Para formar o segundo grupo (+ 5 s. m.), as faixas de + 5 s. m. a 10 s. m.; + 10 s. m. a 20 s. m.; e + 20 s. m., encontradas na PNAD são mantidas.

Depois de reagrupadas as faixas e formados os grupos, corrigiu-se os rendimentos médios pelo salário mínimo anual de 1992 / 1993 com relação a 1995<sup>3</sup>. E posteriormente os valores encontrados foram corrigidos pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), dividindo cada rendimento pelo índice, tendo como mês-base setembro de 1995.

#### 4.4. ANÁLISE DOS DADOS:

De acordo com os dados apresentados na tabela, sobre rendimentos médios reais por classes e subclasses de renda, pode-se visualizar a seguinte situação:

---

<sup>3</sup> A correção foi feita com base na tabela encontrada na revista Indicadores IESP / outubro - 96, pg. 22.

1. Numa primeira descrição, entre as duas classes definidas anteriormente, pode-se observar que na classe até 1 s. m. o rendimento médio mensal cresceu 29,59% entre 1995/93, ficando 22,95% acima do nível de 1992. Já na classe acima de 5 s. m.; o rendimento médio praticamente permaneceu o mesmo, entre 1995 e 1993 (0,38% a mais); no entanto, em relação à 1992 esse rendimento caiu -20,02%.

2. Considera-se apenas as sub-classes pertencentes à classe de até 5 s. m., observa-se, que as duas inferiores (até 1 s. m. e mais de 1 a 3 s. m.) apresentaram crescimento nos seus respectivos rendimentos médios mensais; ocorrendo o contrário com a sub-classe de mais de 3 a 5 s. m., onde o rendimento médio caiu -9,27%, entre 1993 e 1995, ficando abaixo do nível de 1992 em -5,95%.

3. Nas duas subclasses maiores (acima de 10 a 20 s. m. e acima de 20 s. m.) há uma queda dos rendimentos médios respectivos entre 1993 e 1995, ampliando-se a queda que já vinha ocorrendo, chegando a - 26,35% e - 16,64% em relação à 1992. Entretanto é na primeira subclasse (mais de 5 a 10 s. m.) o rendimento médio real cresceu entre 1993 e 1995 em 89,99%, não sendo, contudo suficiente para retornar ao nível de 1992, com relação ao qual apresenta uma queda de - 25,69%.

4. Em suma considerando a classe até 5 s. m., em especial suas duas primeiras classes (de 1 s. m. e mais de 1 a 3 s. m.), o Plano Real reverteu uma tendência de queda dos rendimentos médios reais; inclusive elevando-os acima de 1992. Já a classe acima de 5 s. m., com o Plano Real, apenas manteve a situação anterior ao mesmo, isto é, conservou a queda que já vinha se dando antes do plano. Em particular nas classes acima de 10 a 20 s. m. e acima de 20 s. m., O plano acentuou a queda que já vinha acontecendo anteriormente. Toda essa evolução pode ser visualizada nos gráficos I, II e III.

TABELA Nº 01

**RENDIMENTOS MÉDIOS REAIS MENSAIS DAS PESSOAS OCUPADAS POR  
CLASSES DE RENDIMENTO - 1997**

<b>Classes e subclasses de rendimento médio real mensal</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1995</b>	<b>95/92 (%)</b>	<b>95/93 (%)</b>
<b>Até 5 s. m.</b>	818,60	776,70	1.006,49	22,95	29,59
Até 1 s. m.	100,41	87,38	134,96	34,41	54,45
+ 1 a 3 s. m.	264,34	218,32	444,65	68,21	103,67
+ 3 a 5 s. m.	453,86	470,50	426,87	(5,95)	(9,27)
<b>Mais de 5 s. m.</b>	8.455,00	6.718,34	6.744,09	(20,02)	0,38
+ 5 a 10 s. m.	1.037,64	405,84	771,08	(25,69)	89,99
+ 10 a 20 s. m.	2.140,68	1.621,17	1.576,69	(26,35)	(2,74)
+ de 20 s. m.	5.276,68	4.691,33	4.398,41	(16,64)	(6,24)

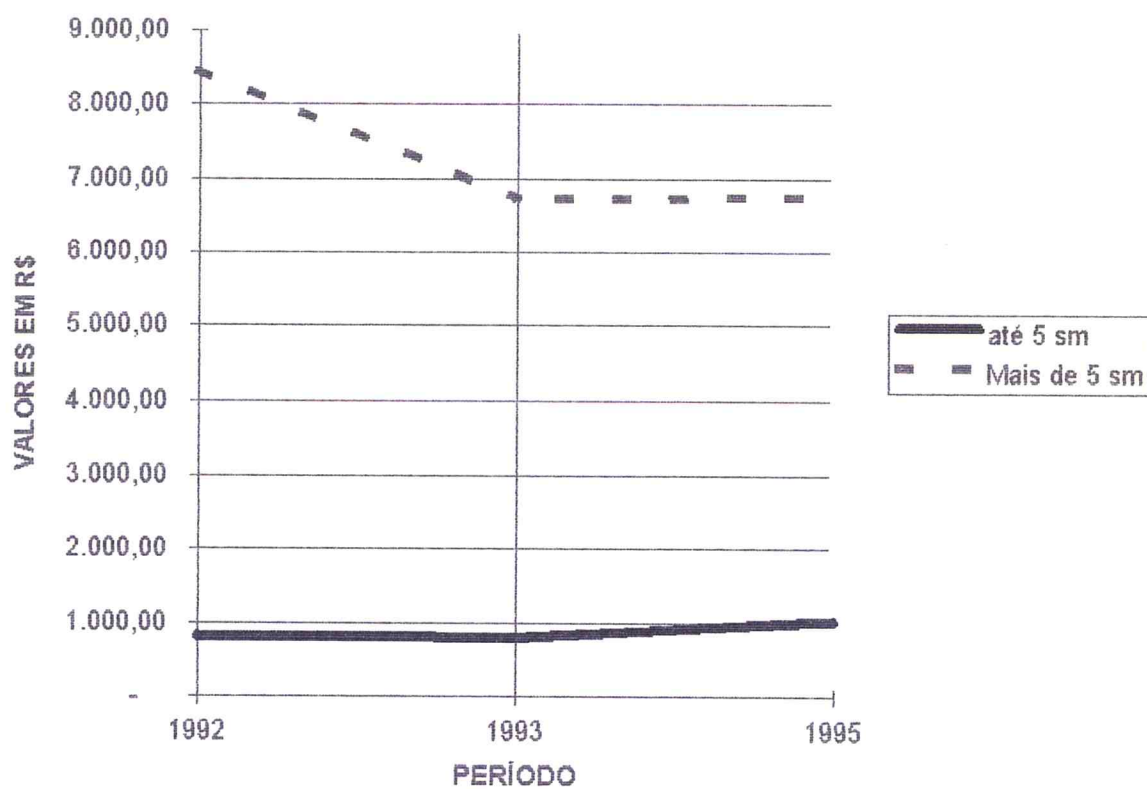
Fonte: Pesquisa direta (ver anexo)

Como reflexo desse ganho por parte da população de baixa renda, o consumo de bens duráveis aumenta, de acordo com a PNAD / 95 que pesquisou 102.787 domicílios e entrevistou 334.263 pessoas em 793 municípios: associado a ampliação por exemplo do crédito ao consumidor - em especial o alargamento dos prazos de pagamentos - por exemplo, 10,72% de residências a mais com televisores a cores em relação a 1993; sendo que mais da metade desse aumento - 5,75% - ocorreu nas famílias com renda de até dois salários mínimos. Dessas famílias, mais 4,35% adquiriram máquina de lavar; 3,17% freezer e 3,42% telefone.

As análises feitas acima podem também ser ilustradas pelos gráficos abaixo:

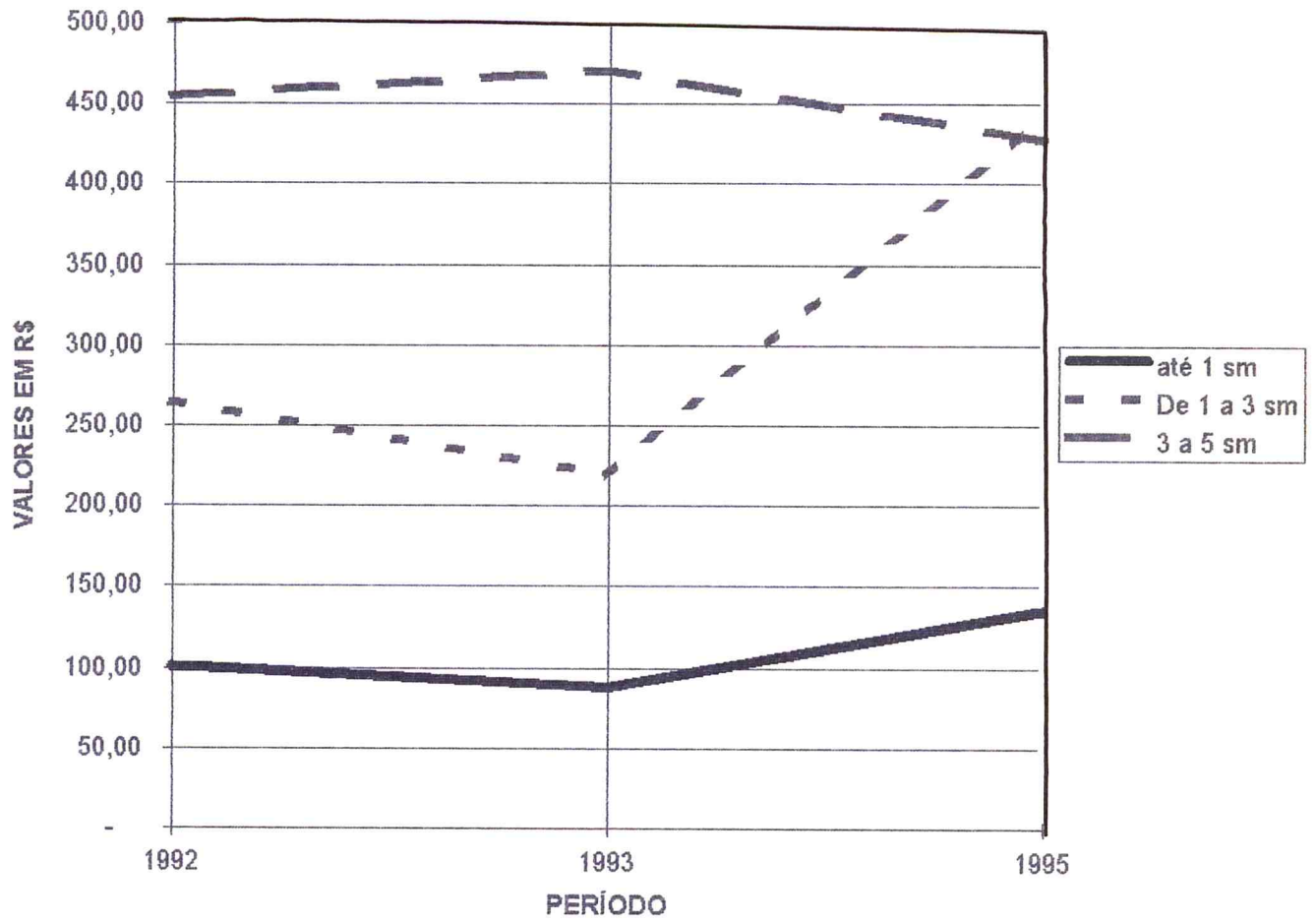
### GRÁFICO I

#### EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO REAL MENSAL (ATÉ 5 s. m. E MAIS DE 5 s. m.)



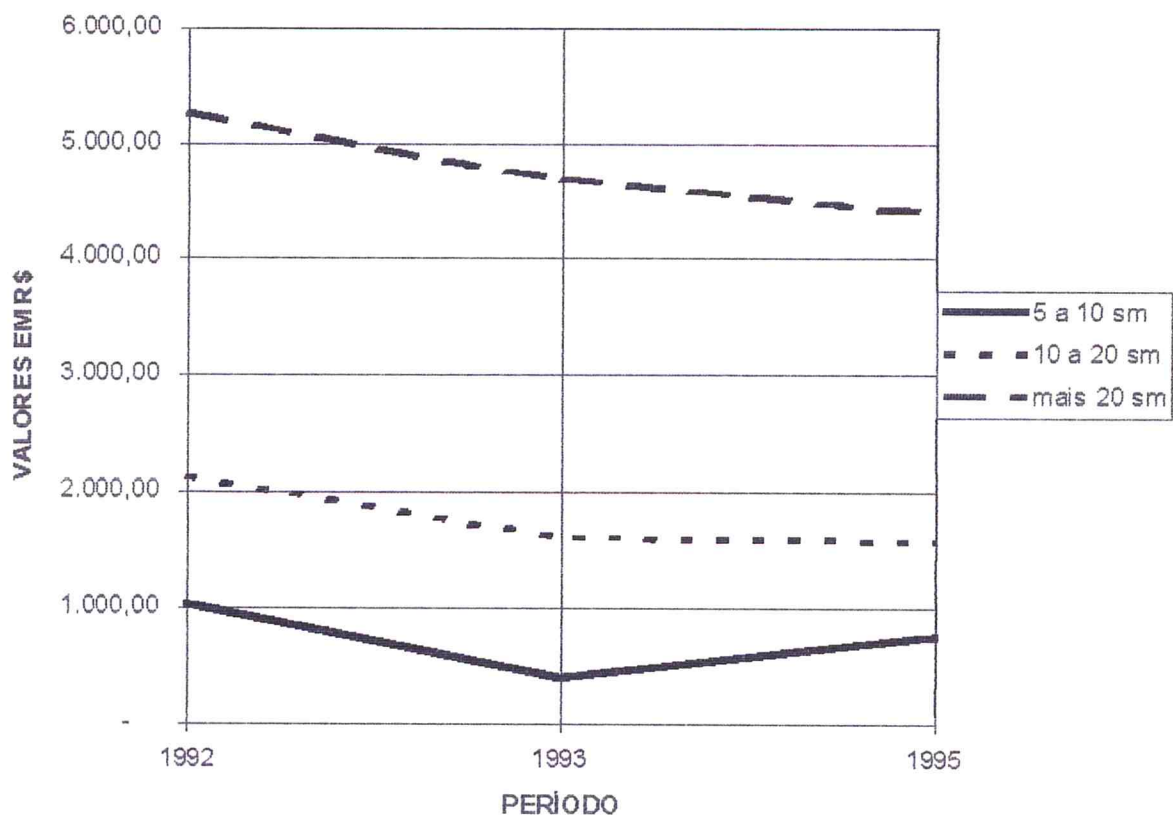
## GRÁFICO II

**EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO REAL MENSAL  
(ATÉ 1 s. m., de 1 A 3 s. m. E 3 A 5 s. m.)**



### GRÁFICO III

**EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO REAL MENSAL  
(5 A 10 s. m., 10 A 20 s. m. E MAIS DE 20 s. m.)**



Em suma, a partir dos objetivos propostos inicialmente, pode-se chegar as seguintes conclusões:

De fato, os planos de estabilização, num primeiro momento, ajudam a elevar o poder aquisitivo; inclusive provocando modificações nos hábitos do consumidor, mudando o seu perfil de consumo. Produtos como televisão preto e branco e disco de vinil foram substituídos por televisores a cores e CDs, que estão no mercado com preços bem mais elevados.



Segundo a última Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), entraram nos lares produtos novos como microondas, videolaser e foi detectado pela primeira vez, o aluguel de filmes para videocassete.

Ainda segundo a POF/95, foi a classe média que sofreu maior impacto nos seus preços. Por exemplo, em julho de 1995 o aumento médio dos preços nesta classe foi de 2,43%, enquanto na menor faixa de renda a alta foi de 2,34%. Tal fato pode ser explicado pela participação de produtos não exportáveis na sua cesta-básica, cujos preços são de difícil controle, pelo menos no curto prazo.

Desta forma, chegamos à conclusão que, apesar da elevação dos rendimentos reais da população após a implantação de um plano de estabilização, percebemos que existe uma diferenciação entre os ganhos nas classes. Observamos que a classe mais baixa da população tem uma melhoria do seu poder aquisitivo bem mais significativo que a classe média.

Segundo a última Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), entraram nos lares produtos novos como microondas, videolaser e foi detectado pela primeira vez, o aluguel de filmes para videocassete.

Ainda segundo a POF/95, foi a classe média que sofreu maior impacto nos seus preços. Por exemplo, em julho de 1995 o aumento médio dos preços nesta classe foi de 2,43%, enquanto na menor faixa de renda a alta foi de 2,34%. Tal fato pode ser explicado pela participação de produtos não exportáveis na sua cesta-básica, cujos preços são de difícil controle, pelo menos no curto prazo.

Desta forma, chegamos à conclusão que, apesar da elevação dos rendimentos reais da população após a implantação de um plano de estabilização, percebemos que existe uma diferenciação entre os ganhos nas classes. Observamos que a classe mais baixa da população tem uma melhoria do seu poder aquisitivo bem mais significativo que a classe média.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Fernando H., A inflação Brasileira no Pós-guerra: Monetarismo X Estruturalismo. Rio de Janeiro: IPEA, 1983.
- BIER, Amaury G. PAULANI, Leda; MESSEMBERG, Roberto. O Heterodoxo e o Pós-Moderno: O Cruzado em conflito. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.
- CARDOSO, Eliana A., Economia Brasileira ao alcance de Todos. 10ª edição. São Paulo: Ed. Brasileira, 1990.
- CASTRO, Antonio Barros & PIRES, Francisco E. A Economia Brasileira em Marcha Forçada. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.
- GODIN, Eugênio. Princípios de Economia Monetária, 9ª Edição. Rio de Janeiro: 1979. v. 1
- GONTIJO, C. O plano de estabilização e a economia brasileira: aspectos gerais in: CEDEPLAR/UFMG Plano Cruzado: Ataque e Defesa. Rio de Janeiro: Ed. Forense - Universitária. 1987. p. 1-38.
- IGNÁCIO, Rangel. A Inflação Brasileira. 4ª edição. São Paulo: Ed. Brasileira, 1981.
- LOPES, Francisco. O Choque Heterodoxo: Combate à Inflação e Reforma Monetária. 10ª edição, Rio de Janeiro: 1986.
- MARINHO, Henrique. Política Monetária no Brasil: da teoria à prática. Rio de Janeiro: Ed. Campus Ltda. 1986. p. 125-139.

PEREIRA, Luiz Bresser & NAKANO, Yoshiaka. Inflação e Recessão - A teoria da Inércia Inflacionária. 3ª Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991. p. 60-80.

REGO, José Márcio & FUNARO, Dilson. Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1984. p. 64-71.

ROSSETI, José Paschoal. Introdução à Economia. 16ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas. 1988. p. 209-217.

RUDIO, Franz Victor, Introdução ao Projeto de Pesquisa Científico. 15ª Edição, Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

SAMUELSON, Paul A., Introdução a Análise Econômica. 8ª Edição. Rio de Janeiro: 1977. v. 2.

SIMONSEN, Mário Henrique. Inflação: Gradualismo X Tratamento de Choque. Rio de Janeiro: APEC. 1970. p. 79-92.

SIMONSEN, Mário Henrique. & CAMPOS, Roberto de Oliveira. A Nova Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército / Editora e Livraria José Olympio, 1975.

## **ANEXOS**

**PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - 1992**  
**SALVADOR - REGIÃO METROPOLITANA**

**4 - TRABALHO**

4.12 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e valor do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos.

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA			VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA (R\$)		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Total	989.065	587.927	401.138	1.495.984	1.778.088	1.082.520
Até ½ s.m.	105.329	41.993	63.336	160.257	162.874	158.522
Mais de ½ a 1 s. m.	203.709	95.128	108.581	459.814	465.335	454.977
Mais de 1 a 2 s. m.	252.897	153.133	99.764	751.348	767.462	766.615
Mais de 2 a 3 s. m.	121.574	85.150	36.424	1.337.820	1.339.593	1.333.676
Mais de 3 a 5 s. m.	114.380	85.147	29.233	2.041.076	2.025.873	2.085.357
Mais de 5 a 10 s. m.	82.827	58.831	23.896	3.696.785	3661.615	3.783.520
Mais de 10 a 20 s. m.	28.771	22.043	6.728	7.626.608	7618.319	7.653.765
Mais de 20 s. m.	13.689	10.905	2.784	18.799.244	18.934.407	18.269.807
Sem rendimento <sup>(1)</sup>	40.600	19.488	21.112	-	-	-
Sem declaração	25.289	16.009	9.280	-	-	-

<sup>(1)</sup> Inclusive as pessoas que receberam somente em benefício

**PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - 1993**  
**SALVADOR - REGIÃO METROPOLITANA**

**4 - TRABALHO**

4.12 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e valor do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos.

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA			VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA (R\$)		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Total	1013283	575467	43816	36369	47782	25312
Até ½ s.m.	92138	32954	59184	2758	2743	2767
Mais de ½ a 1 s. m.	239261	105811	134050	8370	8509	8260
Mais de 1 a 2 s. m.	247482	150873	96609	14153	14449	13691
Mais de 2 a 3 s. m.	112995	79587	33408	23404	23578	22990
Mais de 3 a 5 s. m.	104471	67923	36548	36666	36762	36487
Mais de 5 a 10 s. m.	81827	51785	30042	65254	65581	64690
Mais de 10 a 20 s. m.	51330	32728	18602	126338	124493	129585
Mais de 20 s. m.	34979	28254	6725	365596	380674	302247
Sem rendimento <sup>(1)</sup>	36997	17038	19959	-	-	-
Sem declaração	11203	8514	2689	-	-	-

<sup>(1)</sup> Inclusive as pessoas que receberam somente em benefício

**PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - 1995**  
**SALVADOR - REGIÃO METROPOLITANA**

**4 - TRABALHO**

4.12 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e valor do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos.

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA			VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA (R\$)		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Total	1.172.584	664.320	508.264	386	471	276
Até ½ s.m.	75.225	29.711	45.514	38	38	38
Mais de ½ a 1 s. m.	273.045	108.471	164.174	91	91	92
Mais de 1 a 2 s. m.	290.310	173.921	117.389	160	160	157
Mais de 2 a 3 s. m.	146.074	100.777	45.297	265	265	264
Mais de 3 a 5 s. m.	117.613	82.075	35.528	408	408	406
Mais de 5 a 10 s. m.	96.228	61.724	34.504	737	737	724
Mais de 10 a 20 s. m.	53.812	38.435	15.377	10.507	1.507	1.449
Mais de 20 s. m.	33.247	25.977	7.270	4.204	4.204	4.584
Sem rendimento <sup>(1)</sup>	59.641	28.059	31.582	-	-	-
Sem declaração	26.389	15.170	11.219	-	-	-

<sup>(1)</sup> Inclusive as pessoas que receberam somente em benefício